

Louis Braille



04 Entrevista: Christine Ha, *Chef* de "olhos fechados"

06 Tecnologia: O Braille e a evolução tecnológica

09 Educação: À procura do amanhã

12 Reabilitação: Produtos de apoio

15 Direitos: Benefícios fiscais para as pessoas com deficiência

➤ Editorial

Por Elaine Pires

Coordenadora Revista Louis Braille
Direção Nacional da ACAPO

Christine Ha é a protagonista da capa desta edição. A norte-americana com deficiência visual, que venceu o programa televisivo MasterChef, conversa com a Louis Braille sobre a experiência que viria marcar a sua vida de forma decisiva.

Do que falamos quando nos referimos a produtos de apoio? Para que servem, a quem se destinam, quem os atribui? São algumas das perguntas às quais Rita Pereira e Fernando Santos procuram dar resposta, no artigo em destaque nesta edição da Revista Louis Braille.

Em plena transição entre os meses de abril e maio, período em que os portugueses declaram ao Estado a sua situação fiscal, o número 17 da LB procura, através do artigo de Rodrigo Santos, identificar os benefícios concedidos às pessoas com deficiência por parte da Autoridade Tributária e Aduaneira.

E o Braille, que na edição anterior esteve em foco, é um assunto que continua a merecer especial atenção. Desta

vez, a abordagem é feita por João Fernandes, formador do Departamento de Apoio ao Emprego e Formação Profissional da ACAPO. O autor enquadra o papel do Braille no contexto das novas tecnologias, revelando a importância deste sistema de leitura e escrita numa época em que a quantidade de soluções tecnológicas é cada vez maior.

Vamos ainda conhecer três estudantes com deficiência visual (Ivan, Eduarda e Filipe) a frequentar diferentes etapas do percurso académico. As características enquanto alunos, as dificuldades sentidas dentro e fora da escola, os desafios, as atividades para além das aulas, a relação com os outros e muito mais, na vida destes três jovens.

Estes são os temas que apresentamos no número 17 da Louis Braille, uma publicação que continua a aposta nos conteúdos especializados na deficiência visual, nas suas várias dimensões. **LB**

➤ Ficha Técnica

EDIÇÃO E SEDE ACAPO, Avenida D. Carlos I, n.º 126 9º andar 1200-651 Lisboa **CONTACTO GERAL**

Telefone: 21 324 45 00 | Fax: 21 324 45 01 E-mail: louisbraille@acapo.pt **DIRETOR** Graça Gerardo (gracagerardo@acapo.pt) **COORDENAÇÃO** Elaine Pires (elainepires@acapo.pt) **REDAÇÃO** Cláudia Vargas Candeias (claudiavargas@acapo.pt), Elaine Pires, Rúben Portinha (rubenportinha@acapo.pt) **REVISÃO** Susana Venâncio (susanavenancio@acapo.pt) **LAYOUT** Think High **PAGINAÇÃO** Think High **PERIODICIDADE** Trimestral **ISSN** n.º2182/4606.

@ Louis Braille – Revista especializada para a área da deficiência visual 2016. Todos os direitos reservados. Todo o conteúdo desta Revista não pode ser replicado, copiado ou distribuído sem autorização prévia. Os artigos de opinião publicados na Revista são da inteira responsabilidade dos seus autores. Se pretende deixar de receber a nossa Revista, envie-nos um e-mail por favor para o endereço louisbraille@acapo.pt.

Os conteúdos desta Revista foram escritos segundo as regras do novo acordo ortográfico.

➤ Breves

INTERNACIONAL

ONU avalia Portugal em matéria de Deficiência

O Comité das Nações Unidas para a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência apontou aspetos a corrigir na Lei portuguesa, relativos ao acesso a direitos fundamentais e promoção da vida independente por parte destes cidadãos, num relatório publicado a 22 de abril. De acordo com os responsáveis da ONU, a legislação atualmente em vigor permite que não seja dada escolha às pessoas com deficiência em matérias como o direito ao voto, a interrupção voluntária da gravidez ou a constituição de família.

Saber mais:

Nações Unidas

<http://www.un.org>



POLÍTICAS

Governo cria Balcões da Inclusão

Foi inaugurado, a 21 de abril, em Lisboa, o primeiro Balcão da Inclusão. O serviço destina-se a atender todos os cidadãos que pretendam tratar de questões relacionadas com a deficiência, passando a estar presente nos Centros Distritais da Segurança Social. Numa primeira fase, Faro, Lisboa, Porto, Setúbal, Vila Real e Viseu são os distritos abrangidos.

Saber mais:

Portal do Governo de Portugal

<http://www.portugal.gov.pt/pt>



EDUCAÇÃO

Alunos com deficiência terão de passar mais tempo na sala de aula

As turmas que incluam alunos com necessidades especiais só poderão ser reduzidas quando estes passarem pelo menos 60% do tempo letivo em sala de aula. Segundo o Governo, esta medida visa promover a inclusão dos alunos com deficiências cognitivas ligeiras, proporcionando um convívio permanente com os colegas que não tenham deficiência.

Saber mais:

Direção-Geral da Educação

<http://www.dge.mec.pt>



BRAILLE

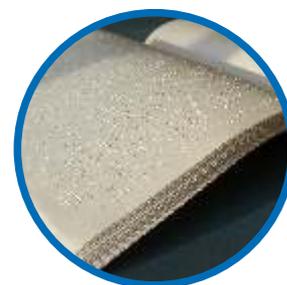
Concurso Onkyo Braille 2016 premeia utilizadores do sistema

Está aberto, até 10 de maio, o período de receção de trabalhos candidatos aos prémios Onkyo Braille 2016. Este concurso destina-se a todas as pessoas, com ou sem deficiência visual, que utilizem o sistema Braille regularmente. Os trabalhos são agrupados nas categorias de menos e mais de 25 anos, sendo que os prémios variam entre os 500 e os 2000 dólares.

Saber mais:

União Europeia de Cegos

<http://www.euroblind.org>



DESPORTO

Primeiro judoca português nos Jogos Paraolímpicos

Miguel Vieira, atleta com deficiência visual, tornou-se no primeiro judoca luso a garantir presença nos Jogos Paraolímpicos. Neste caso, Vieira estará presente no Rio de Janeiro, graças à vigésima posição que atualmente ocupa no ranking mundial..

Saber mais:

Federação Portuguesa de Judo

<http://www.fpj.pt>



➤ Entrevista

Christine Ha

« A atitude não deve ser “não, eu não posso”, mas sim “como posso fazê-lo?” »

Em 2012 convenceu o (temível) júri do concurso de televisão MasterChef que as suas criações culinárias eram melhores do que as dos restantes concorrentes. Conseguiu-o e tornou-se na primeira *chef* com deficiência visual a vencer o programa nos Estados Unidos da América. Conheça a história de Christine Ha que passou de consultora de *software*, a *chef*, escritora, apresentadora de televisão, motivadora e futura empresária.



Fotografia: Mitch Mandel+Rodale

Por Revista Louis Braille.

Louis Braille: Depois de perder a visão em 2003, sentiu necessidade de reorganizar a sua vida? Quais foram os passos que teve de tomar quando adquiriu a deficiência visual e a quem recorreu?

Christine Ha: Eu sempre fui uma pessoa muito independente, por isso era importante para mim recuperar o máximo de independência possível. Eu tive de descobrir como fazer coisas simples para cuidar de

uma casa, por exemplo, pagar as contas, ler o meu email cozinhar, fazer a higiene pessoal, etc. Felizmente, no Texas, onde eu vivo, há uma agência estatal que é especializada em ajudar as pessoas com deficiência visual a aprender competências da vida independente. Eles também me ajudaram a iniciar o treino de reabilitação profissional, onde aprendi a usar um computador com leitor de ecrã e a regressar à escola.

L.B.: Quais eram os seus objetivos de vida antes da perda de visão e de que forma estes foram comprometidos?

C.H.: Eu não tinha certeza quais eram os meus objetivos de vida antes de perder a visão. Eu era jovem, com os meus vinte e poucos anos, estava trabalhar como consultora de *software*, mas eu não sentia que isto fosse algo que estava destinada a fazer para o resto da minha vida. A minha perda de visão realmente foi uma bênção porque me forçou a repensar o caminho na minha vida e a correr riscos para fazer coisas que eram mais gratificantes e que me faziam mais feliz.

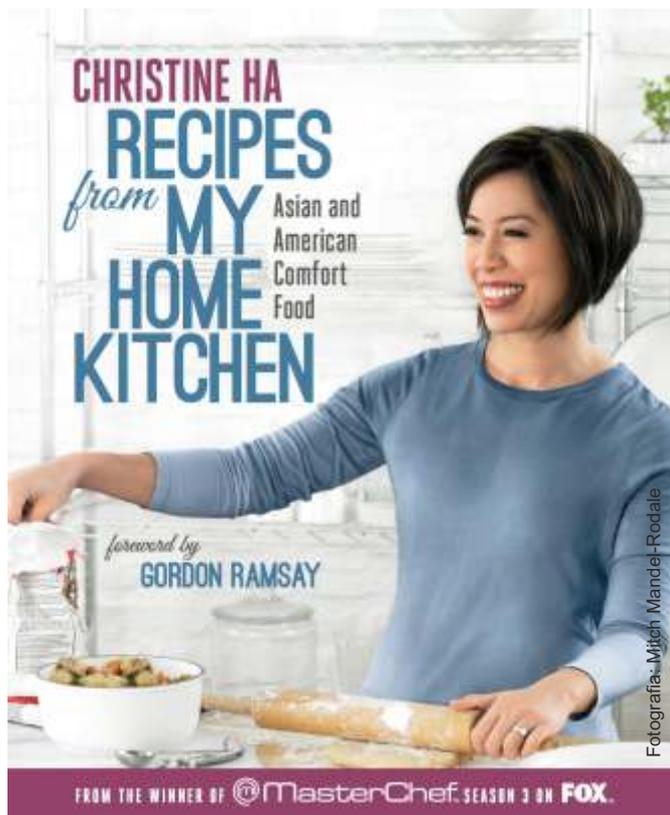
L.B.: Como é que a culinária entrou na sua vida? Era uma paixão anterior? Ou foi a deficiência visual que a levou a iniciar-se nesta atividade?

C.H.: Eu aprendi a cozinhar quando estava na faculdade, e só o fiz porque tinha de me alimentar. Depois de sair da residência fui viver para um apartamento onde tive de cozinhar para sobreviver. Comecei por comprar um livro de receitas em segunda mão e um conjunto barato de panelas e facas. Li as receitas e comecei a experimentá-las. Cozinhei muitas coisas terríveis, mas continuei, porque a arte e a ciência de cozinhar sempre me fascinaram. De vez em quando cozinhou algo para os meus colegas de quarto e amigos, e o facto de apreciarem as minhas criações consolidou este amor pela cozinha. Cozinhar tornou-se uma forma de me dar a conhecer e mostrar às outras pessoas que me preocupo com elas. Tornou-se um *hobby* e depois de perder a minha visão, a comida tornou-se ainda mais importante para mim. Eu sempre adorei viajar e conhecer novos lugares, e depois de perder a visão os passeios tornaram-se menos agradáveis. Em vez disso, conhecer pessoas e experimentar as comidas regionais foram uma forma de conhecer novos lugares durante as minhas viagens.

L.B.: Enquanto participou no MasterChef, a Christine teve certamente de lidar com inúmeras questões por parte de colegas, do júri e mesmo da produção. Quais foram as questões mais frequentes?

C.H.: Sim, muitas pessoas questionaram a legitimidade da minha deficiência visual e a minha capacidade para cozinhar. Disponibilizaram-me uma ajudante mas as regras sobre os nossos papeis eram rígidas. Uma preocupação dos concorrentes e espectadores foi se seria justo que eu tivesse alguém a ajudar-me. Mas como expliquei a muitos, é muito mais fácil trabalhar sozinho na cozinha do que aprender a trabalhar com um desconhecido. Eu não conhecia o meu ajudante antes do

MasterChef e, por isso, tivemos de aprender a comunicar e a trabalhar rapidamente. Em termos de tempo, levará sempre mais tempo eu fazer uma pergunta, ela avaliar a situação e depois responder do que os outros concorrentes que podiam ver no imediato o que se estava a passar no seu fogão. Não é justo dizer que eu tinha uma vantagem.



Fotografia: Mitch Mandel-Rodale



Fotografia: Mitch Mandel-Rodale

L.B.: Considera que a sua participação no programa ajudou a mudar mentalidades? De que forma ajudou na inclusão das pessoas com deficiência visual nos Estados Unidos?

C.H.: Penso que mostrei a muitas pessoas no mundo inteiro – pessoas com e sem deficiência visual – que podemos realizar muitas coisas apesar da perda de visão, desde que estejamos dispostos a trabalhar muito e a ser proativos em relação à procura de recursos e ajuda. A atitude não deve ser “não, eu não posso”, mas sim “como posso fazê-lo?”.

Website de Christine Ha
www.theblindcook.com

L.B.: A defesa dos direitos das pessoas com deficiência visual interessa-a? A chamada autorrepresentação é uma atividade que desempenhe, quer seja através de uma instituição ou individualmente?

CH: Eu acredito que vencer o MasterChef foi muito importante mas o resultado maior e mais impressionante foi a responsabilidade que me deu para falar em nome das pessoas com deficiência visual. Eu acredito que eu tenho sido porta-voz daqueles que muitas vezes não têm uma voz na sociedade: os marginalizados, seja por terem deficiência visual, mulheres, asiáticos-americanos, pessoas com deficiência, etc.

L.B.: Que projetos tem atualmente? O que se vê a fazer no futuro?

C.H.: Estou atualmente a trabalhar no meu livro de memórias. Quero também publicar outro livro de receitas num futuro próximo. Atualmente sou coapresentadora do programa "Quatro Sentidos" no AMI Canadá, um programa de televisão de cozinha para cegos. Viajo ainda por todo o mundo, sendo palestrante em conferências e neste momento estou a explorar a possibilidade de abrir os meus próprios restaurantes nos EUA e no estrangeiro. **LB**

➤ Tecnologia

O Braille e a evolução tecnológica



Por João Fernandes.

Formador na ACAPO (Departamento de Formação do Porto).

Há alguns anos, durante uma conversa sobre os horizontes que se abriam aos cegos com o acesso aos computadores pessoais, o Dr. Filipe Oliva chamou-me a atenção para o facto de a informática não vir resolver todos os nossos problemas no acesso à informação. Nessa altura, a maioria das pessoas com deficiência da visão utilizava sintetizadores de voz para trabalharem em programas como o *Wordstar* ou o *Word Perfect*, uma vez que as linhas Braille eram muito caras e não existiam “Ajudas Técnicas”. O “ouvir ler”, para muita gente, começava a sobrepor-se ao “ler”. Estávamos, de certa forma, a assistir a um fenómeno semelhante ao que aconteceu quando, em 1971, a Dr.^a Fernanda de Brito deu início aos serviços da Biblioteca Sonora instalada na Biblioteca Pública Municipal do Porto. Mais uma vez se opunha o “ouvir ler” ao “ler”.

Se tomarmos em consideração que para dominar uma língua são necessárias quatro competências: Ler / Escrever e Ouvir / Falar, e que estas estão intrinsecamente ligadas, concluímos que uma boa escrita está dependente de muita leitura e o “ouvir ler” não é uma leitura efectiva, porque não há um contacto directo com a ortografia. A palavra tem um Significado e um Significante. Ao “ouvir ler” temos acesso apenas ao Significado, apreendemos o conteúdo daquela palavra, a sua correspondência no mundo real, não tendo, no entanto, o acesso à forma como ela se escreve. Talvez se possa dizer que aquela palavra, signo, nos foi apresentada pela metade.

Atentemos em áreas do conhecimento como a Matemática, as Línguas Estrangeiras, o Latim e a Música. Nunca passaria pela cabeça de ninguém estudá-las sem um contacto efectivo com a sua escrita. Como desenvolveríamos um sistema de equações, como aprenderíamos a escrever o Inglês e o Alemão, como poderíamos fazer uma tradução de um texto clássico e como conseguiríamos estudar uma partitura? - Decerto tal nunca seria possível se adoptássemos o método de

“ouvir ler”. Tais matérias exigem um contacto efectivo com a escrita. Este, não sendo possível através da visão, só o é através do tacto. Aliás, Valentin Haüy com os seus caracteres em relevo, Charles Barbier com a sua Escrita Nocturna constituída por pontos em relevo e finalmente Louis Braille com o seu “Processo para Escrever as Palavras, a Música e o Cantochão por meio de Pontos, para Uso dos Cegos e disposto para Eles”, já o tinham concluído desde o século XVIII.

Esta necessidade de leitura efectiva, infelizmente, não tem sido reconhecida por todos aqueles que têm responsabilidades na educação das crianças e jovens cegos. Em muitas situações, responsáveis políticos, técnicos de reabilitação e professores de apoio têm ignorado a importância do Braille. Tal facto deve-se com certeza a falta de preparação para a tarefa de apoiar crianças e jovens nesta condição. Certa vez, um Ministro da Ciência e Tecnologia regozijava-se por ter um acordo com uma empresa de *software* para a produção de um sintetizador de voz, que viria, na sua opinião: “Libertar os cegos dessas penosas linhas Braille”. O Braille tem sido maltratado e em muitos casos ignorado. Este facto não é desconhecido a organismos internacionais como a União Europeia de Cegos, a União Mundial de Cegos e a UNESCO, que através do seu trabalho têm chamado a atenção para o facto do Braille ser “... A única escrita táctil paralela à escrita a tinta” (Oliva, 2005). Ainda a respeito do acesso à informação escrita, a UNESCO considerou no seu manifesto sobre o serviço das bibliotecas que as minorias têm o direito de aceder à informação em suportes acessíveis, e em conjunto com a IFLA e a CNIB (Canadian National Institut for the Blind) Library, em 1998, defendeu o direito de os cegos lerem: “Neither technology nor tape recordings are acceptable substitutes for an ability to read and write in both the sighted and blind communities.” (Oliva, 2005) - (Nem as tecnologias nem as gravações são substitutos aceitáveis para a capacidade de ler e escrever tanto para as comunidades de normovisuais como de cegos).

Apesar de parecer não existir consenso sobre esta matéria em Portugal e nalguns outros países, as empresas que desenvolveram e desenvolvem *software* e *hardware* destinado a pessoas com deficiência da visão têm seguido o pensamento das instituições internacionais e produzem produtos que contemplam a leitura do Braille. Recordo uma exposição da IBM que visitei no World Trade Center no Porto, há alguns anos, onde pudemos ver diversos materiais que permitiam o acesso das pessoas com deficiência da visão aos computadores pessoais. Para além de um sintetizador de voz e de um programa de digitalização e correcção de texto, lembro-me de uma impressora Braille, por sinal bastante grande, que permitia escrever apenas de um lado da folha. Nesta primeira abordagem à tecnologia de acesso aos computadores pessoais, tive a certeza de que a vida das pessoas cegas iria mudar radicalmente. A partir desta exposição começaram a proliferar os equipamentos de acesso aos computadores pessoais.

No início da década de noventa do século XX, a ACAPO proporcionou a alguns dos seus associados o primeiro

curso de informática à distância. Neste, foram utilizadas linhas Braille e sintetizadores de voz para a comunicação entre os formadores e os formandos, para estes executarem os exercícios que lhes eram propostos. A utilização dos dois meios que estavam ao dispor daqueles que começaram a usar a informática demonstrou que o Braille era essencial e, como me referiu o Dr. Salgado Baptista, um amigo e profundo conhecedor do sistema Braille, que a tecnologia, neste caso a informática, não veio “acabar” com o Braille, mas sim potenciá-lo.

Como é fácil de constatar, os *softwares* de leitura de ecrã contemplam desde o início as duas vertentes que possibilitam o acesso à informação que é mostrada no ecrã: a voz e o Braille. Ainda durante a década de noventa do século XX, o primeiro *software* de leitura de ecrã largamente utilizado pelos cegos denominava-se Hal, nome do computador do filme 2001 Odisseia no Espaço, e permitia aos seus utilizadores trabalharem no MS-DOS. A evolução era muito rápida. Nos anos noventa do século passado, uma equipa da ACAPO desenvolveu, ao abrigo do programa Horizon, uma aplicação para impressão em Braille em português denominado TATAIB. Rapidamente, a impressão em Braille deixou as antigas máquinas de estereotipar e começou a utilizar as novas tecnologias: Impressoras que imprimem a folha dos dois lados (impressão em interponto), impressoras que imprimem chapa para posterior impressão em papel, scanners ligados a computadores com OCR's (programas de reconhecimento óptico de caracteres) e linhas Braille para corrigir texto antes da sua impressão em papel.

A evolução dos sistemas operativos foi acompanhada, com algum atraso, pelos leitores de ecrã. Ao Hal para MS-DOS, seguiu-se o Windows Bridge, que nunca foi muito difundido, tendo aparecido então o JAWS para o sistema operativo Windows. Mais recentemente, a APPLE, apresentou o Voice Over que está disponível em todos os seus equipamentos. Estes leitores de ecrã geriam e gerem tanto os sintetizadores de voz como as linhas Braille.

Antes da possibilidade de aceder aos computadores pessoais, surgiram dois equipamentos para os quais gostaria de chamar a atenção. Foram o Optacon e o Delta. O primeiro dava em relevo, através de uma câmara que se deslocava sobre o papel, uma imagem do texto que se estava a ler. Esta tecnologia implicava que o seu utilizador conhecesse a escrita a tinta. O segundo transformava o texto que se estava a ler em Braille mediante a passagem sobre o papel de uma câmara semelhante à do Optacon. O que os distinguia era o facto da imagem recolhida pela câmara do Delta ser processada para o texto ser disponibilizado em Braille.

Com a possibilidade das pessoas com deficiência verem financiados Produtos de Apoio que ajudassem a minorar ou mesmo a ultrapassar algumas das suas incapacidades, os cegos que dominavam o sistema Braille começaram a adquirir linhas Braille e impressoras Braille mais pequenas que podiam ser utilizadas inclusivamente em casa. Simultaneamente, conscientes da importância do sistema Braille para os cegos, os

fabricantes de equipamentos apresentaram no mercado os primeiros Blocos de Notas com linha Braille, que permitiam escrever com um teclado de seis pontos ao qual se juntaram mais dois pontos, os pontos sete e oito, para ultrapassar um problema que surgiu do facto de o código ASCII possuir duzentos e cinquenta e cinco símbolos, duzentos e cinquenta e seis se considerarmos o espaço, e de o sistema Braille contemplar apenas sessenta e três símbolos, sessenta e quatro se considerarmos o espaço. Os computadores não conseguiam reproduzir sinais compostos do Braille como por exemplo as letras maiúsculas (sinal de maiúscula + letra) e os algarismos (sinal de número + símbolo da primeira série). Julgo importante referir que o facto de terem aparecido os pontos sete e oito, não quer dizer que o sistema Braille passasse a ter oito pontos. O sistema Braille teve, tem e terá seis pontos, os outros dois foram apenas um recurso para resolver um problema técnico. A verdade é que os cegos começaram a usar estes equipamentos na escola, na formação profissional e no local de trabalho.



O sistema Braille existe há mais de cento e setenta anos e a maneira de o produzir tem acompanhado a evolução tecnológica. Apesar de continuarmos a utilizar pautas e réguas Braille e máquinas de escrever Braille para situações em que estas não podem ser substituídas, o sistema que Louis Braille inventou aparece-nos em variados suportes técnicos: linhas Braille, blocos de notas digitais e impressora Braille. Está ainda contemplado em aplicações como Leitores de Ecrã e Programas de Impressão. A sua importância para os cegos é tal que a maior parte dos fabricantes de produtos e *softwares* específicos contemplam a sua produção. Hoje, não se põe o problema de encontrar os referidos materiais, mas sim de escolher o mais adequado para o fim que pretendemos.

O sistema que Louis Braille nos deixou continua a ser o maior contributo para a autonomia dos cegos no acesso à informação escrita. Como escreveu Salgado Baptista num trabalho sobre “A invenção do Braille e a sua importância na vida dos cegos” ao referir a presença de

vários representantes de organizações de todo o mundo no centenário da morte de Louis Braille: “Era a gratidão dos cegos de todo o mundo, para quem Braille, mais do que um nome, é um símbolo. Símbolo da emancipação conquistada, por um cego, para todos os cegos.” (Baptista, 2001).

Não gostaria de terminar sem reproduzir um texto que, em minha opinião, demonstra a importância do Braille e do que este representa para os cegos:

“...a Conferência Ibero-americana del Braille

(Buenos Aires, Setembro de 1999) considerou que o Braille "constituye una de las bases de la identidad de las personas ciegas; que refuerza su autoestima, asegura su independencia y posibilita su integración" e "que por la significación que tiene en la personalidad e identidad de la persona ciega, el libre ejercicio del sistema braille es un derecho que debe protegerse y volverse accesible a todos".” (Reino, 2000). **LB**

Referências Bibliográficas

BAPTISTA, José António (A invenção do Braille e a sua importância na vida dos cegos). Poliedro nº 469 (Janeiro 2001), P. 1-29

OLIVA, Filipe P. 2005 (O primado da leitura e o recurso de ouvir ler) www.lerparaver.com

REINO, Vítor. 2000 (170 anos depois: Algumas considerações de ordem histórica sociológica e psicopedagógica sobre o sistema Braille) Lisboa: Biblioteca Nacional)

Nota: O autor optou por escrever segundo as regras anteriores ao novo acordo ortográfico.

➤ Educação

À procura do amanhã

São três estudantes. Encontram-se em fases distintas do percurso académico e têm histórias de vida também elas diferentes. Em comum, uma deficiência visual que aparentemente não os tem impedido de perseguir os objetivos pessoais, e que ao mesmo tempo os coloca perante algumas dificuldades no acesso à Educação.

Por Rúben Portinha

Os três convergem ao afirmar que o acesso a materiais de estudo, principalmente aos livros, é um dos aspetos que mais tem dificultado a tarefa de aprender. Apesar disso, todos se sentem integrados e apoiados, não só pela comunidade escolar, mas também pelas respetivas famílias.

No terceiro ciclo, a caminho do sonho

«Os estudos são muito importantes. Mas, no meu entender, a bateria pode ser uma boa aposta. O Ivan toca muito bem, mesmo muito bem. Posso estar enganada, mas acredito que ele possa vir a ser um músico *freelancer*». Palavras de Carmen, mãe de Ivan, um jovem portuense de 14 anos que sonha um dia ser baterista de uma banda rock ou animador de rádio. Ivan frequenta o oitavo ano de escolaridade na Escola Rodrigues de Freitas, o estabelecimento de ensino de referência para alunos com deficiência visual na cidade do Porto.

Define-se como um aluno de notas razoáveis e afirma sentir-se integrado no meio escolar. Mantém uma boa relação com os colegas e sente-se apoiado pelos professores. Em relação às dificuldades, confessa-se pouco à vontade com a Matemática e aponta que a chegada tardia dos manuais escolares, que por vezes são diferentes dos utilizados pela turma, tem sido um dos obstáculos mais difíceis de ultrapassar.

«A Direção-Geral da Educação recebe anualmente, das escolas, solicitação de adaptação e transcrição em Braille de uma grande diversidade de manuais escolares existentes no mercado, para uma mesma disciplina e para o mesmo ano de escolaridade. Neste ano letivo, os agrupamentos de escolas/escolas secundárias efetuaram o pedido de adaptação de 163 manuais escolares no formato Braille e a reformulação, de acordo com as Metas Curriculares, de 49 manuais escolares já transcritos anteriormente», esclarece fonte do Ministério da Educação.

Ivan foi acompanhado desde cedo por profissionais da Educação Especial. Aos três anos entrou para o jardim de infância, não porque não tivesse ninguém com quem ficar, mas para se desenvolver a nível psicológico e social. As explicações são dadas pela mãe, que falou ainda do ano de transição entre o infantário e a entrada



para o primeiro ciclo. Durante esse ano, fez a preparação para o Braille. Aprendeu todo o alfabeto em apenas um mês.

Aos nove anos começou a ter aulas de bateria e ainda não parou. O gosto pelo instrumento foi aumentando, apesar de algumas dificuldades iniciais. Entre as 8:00h e as 18:30h, os dias são preenchidos com aulas na Rodrigues de Freitas e no Conservatório. Quando chega a casa, volta para a bateria e aproveita para ouvir música, sem esquecer os outros estudos.

Ao fim-de-semana, é tempo para frequentar o grupo de escuteiros. Reconhece, tal como Carmen, que a carga horária o poderá impedir de tirar melhores notas na escola, mas não parece disposto a abdicar das outras atividades. «A minha preocupação é que ele tenha um leque variado de experiências», explica a mãe.

Às portas da Faculdade

A frequentar o décimo primeiro ano, no Ensino Articulado de Música, chegar à Escola Superior de Música e Artes do Espetáculo é o próximo grande objetivo de Eduarda Azevedo. Tem 16 anos e não esconde a paixão pelo piano. Quer um dia tornar-se Professora e uma instrumentista conceituada. Por agora, concentra-se nos estudos e já se sente na rampa de lançamento para o Ensino Superior. «No secundário preparamo-nos para a Faculdade. Portanto, o ritmo é igual ao da Faculdade», afirma.

O dia-a-dia de Eduarda faz-se das 07:00h às 22:30h, entre a pequena localidade de Airão Santa Maria (Concelho de Guimarães) e Fafe, onde tem aulas nas escolas de Música e do Ensino Regular. O piano está presente em três momentos do dia: a partir das 08:30h e durante toda a manhã, após o almoço e à noite, ao chegar a casa, depois do jantar. Pelo meio, tem aulas de Português, Inglês, Educação Física e Filosofia na escola regular.

Tal como Ivan, Eduarda aponta as dificuldades no acesso aos materiais de estudo como um dos obstáculos que tem encontrado ao longo do percurso escolar. Dos manuais que tardam em chegar às partituras que vêm de França, Eduarda confessa que tem de fazer um esforço extra para acompanhar o ritmo.

A mesma fonte governamental adianta que «o Ministério da Educação, através da Direção-Geral da Educação, está a efetuar um processo de contratação de recursos humanos para adaptação e transcrição Braille». «Simultaneamente tivemos reunião com a Presidente da Direção Nacional da ACAPO no sentido de ser assinado um protocolo de colaboração para a produção e revisão de manuais escolares em Braille. Esta nossa iniciativa foi bem acolhida pela ACAPO e estamos a trabalhar na sua concretização», acrescenta.



Maria de Fátima não esquece a Professora Cristina e o Professor Leonardo, duas pessoas que, considera, tiveram um papel fundamental no percurso da filha. A Professora Cristina introduziu Eduarda na Música aos cinco anos, com aulas de Formação Musical e Musicografia Braille. Quanto ao Professor Leonardo, acompanhou Eduarda no Ensino Preparatório, enquanto a jovem frequentou a Escola de Referência em Braga. A propósito, Maria de Fátima confessa não ter uma opinião favorável relativamente a estas escolas. «Acho que as Escolas de Referência ainda têm um passo grande a dar para apoiar dignamente os alunos». Eduarda, que ao fim-de-semana ainda reserva tempo para frequentar os Escuteiros, recorda um episódio em que, integrada num grupo da Escola de Referência, visitou um parque aventura onde foi impedida pelos próprios responsáveis da escola a realizar as atividades oferecidas aos colegas. Mais tarde, voltou ao mesmo local, com o grupo dos Escuteiros, e fez tudo. «A falta de visão é sempre um obstáculo, mas não me tem impedido de fazer seja o que for. Não uso a falta de visão como desculpa», afirma Eduarda.

Uma escolha improvável

Tem 24 anos e frequenta o terceiro ano do curso de Biologia, na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa. Filipe Ramos estava indeciso em relação àquilo que queria, porque gostava de muitas coisas. Mas começou a perceber que acima de tudo gostava de Biologia e que queria construir um futuro na área. A perda de visão aconteceu gradualmente e consumou-se enquanto frequentava o Ensino Secundário. Apesar disso, resolveu optar por esta área, que regra geral não é associada a profissionais com limitações da visão. «Sempre acreditei que nós, desde que queiramos, conseguimos fazer tudo. Temos é de agir em conformidade com os nossos problemas», salienta Filipe. «Mesmo que me pedissem, eu não consigo espreitar ao microscópio. Mas se me descreverem o que estão a ver, como eu já vi, tenho noções e consigo visualizar. Portanto, a coisa faz-se».

Mais uma vez, o acesso aos materiais de estudo surge como obstáculo à progressão deste aluno com deficiência visual. Filipe grava as aulas e estuda com



«Se os nossos colegas estudam cem, nós temos de estudar duzentos», refere Eduarda. A mãe, Maria de Fátima, que cedo aprendeu Braille para poder ajudar a filha nos trabalhos de casa, confirma esta perspetiva. «Os Professores de Música dizem-me que a Eduarda tem de ser muito melhor do que os outros. Se os outros tiram 18 ou 19, ela tem de tirar 20. Senão, a Eduarda nunca vai ter as mesmas oportunidades porque, na hora de optar por ela e outra pessoa com a mesma nota, vão optar pela outra que dá muito menos trabalho».

base nessas gravações. Complementa os estudos com explicações dadas por alguns colegas e Professores. No entanto, diz sentir falta de livros em suporte informático.

Quer chegar a Professor de Biologia, mas o gosto pelo ensino não se esgota na carreira académica. Filipe tem no Judo outra das paixões que lhe preenchem os dias. Em dezembro de 2015, ao fim de cinco anos e meio de prática, o atleta do Clube Judo Total foi distinguido com o cinturão negro. Coloca de lado a vertente competitiva, em detrimento da vontade que tem de transmitir conhecimento a outros, o que de resto já acontece, uma vez que já se encontra a dar aulas a futuros judocas.



Gosta de ensinar, mas também de aprender. E foi já na Faculdade que aprendeu Braille. Começou a ter aulas por intermédio de uma amiga, também ela com deficiência visual, mas foi com Tiago Guerreiro, Professor de Informática na Faculdade de Ciências, que se deram os maiores avanços. «A história é interessante, foi uma coincidência. Uma ex-aluna minha, colega do Filipe, e que estava a par do meu foco de investigação, falou com o Filipe e falou-lhe de mim. Um dia, o Filipe bateu-me à porta, e perguntou-me se eu era o "professor de Braille". Ri-me e respondi-lhe que não era bem isso; sou professor do departamento de Informática da FCUL, faço investigação na área da acessibilidade e nunca antes tinha ensinado Braille. No entanto, eu já sabia da visita do Filipe e sabia que ele estava interessado em aprender Braille e convidéi-o para entrar. Nesta altura, nós estávamos a desenvolver aplicações para ensino de Braille em dispositivos móveis e achei que podia ajudar. Combinei com o Filipe sessões semanais em que eu tentaria ensinar-lhe escrita e leitura de Braille, tentando também usar as nossas aplicações. Na altura, dirigi-me à Fundação Raquel e Martin Sain e pedi conselho ao Dr. Carlos Bastardo, psicólogo, nas metodologias a usar para o ensino do Braille. Pedi também emprestada uma máquina Perkins. Assim, começámos a realizar estas sessões com cobertura de escrita e leitura de caracteres, palavras e frases, iniciativa que me agradou e à qual o Filipe respondeu muito bem», explica Tiago Guerreiro. O investigador tem-se dedicado à pesquisa e

desenvolvimento de aplicações tecnológicas para pessoas com deficiência visual, construídas essencialmente com base no sistema Braille. «Durante o desenvolvimento e realização dos estudos em torno destas aplicações, eu próprio testei bastante as soluções e, naturalmente, aprendi o alfabeto Braille, aprendi a escrever usando a Perkins e a reconhecer visualmente os caracteres. No entanto, o meu conhecimento não vai além disso. Nunca treinei o suficiente para conseguir ler com os dedos», esclarece.

Luísa, mãe de Filipe, não ficou surpreendida quando o filho optou por Biologia. Ao mesmo tempo, reconhece a importância e o papel do Desporto na vida do jovem.

«Não posso imaginar que algum dia ele deixe de praticar judo. É essencial para a vida dele», afirma. Além da prática desportiva, Luísa faz questão em destacar o papel que, na fase de perda de visão, alguém teve no dia-a-dia de Filipe. Esse alguém chama-se Sérgio, um amigo que conquistou, curiosamente, ao entrar para o Clube Judo Total. «O Sérgio foi uma peça essencial na vida do Filipe. A vida dele, enquanto pessoa com deficiência visual, tem um antes de conhecer o Sérgio e depois de conhecer o Sérgio. Por muito apoio que a família dê, é essencial um elemento de referência em que ele se possa rever e mostre que há vida para lá deste problema».

O futuro.

Entre a Música, o Desporto e o Ensino. Serão estas, ao que tudo indica, as áreas nas quais Ivan, Eduarda e Filipe se vão movimentar no futuro. Mas como será a partir do momento em que estejam por sua conta e risco? Carmen, que se define como uma mãe liberal, confessa que vai ter receio quando Ivan começar a andar sozinho. Não tanto pelo medo que se magoe, mas por ter receio que o filho não tenha capacidade emocional de lidar com as situações e dar a volta às dificuldades. Por sua vez, Maria de Fátima perspetiva dificuldades que Eduarda poderá ter nas tarefas da vida diária. ««Para quem está a um ano e pouco de ir para a Faculdade, a Eduarda tem muito pouca autonomia. E eu não a sei ajudar». Como é que lhe vou ensinar a descascar uma batata? Os dedos dela são para ler e para tocar, tenho receio que ela se corte. Já tentei saber se existem aulas para que os pais possam ensinar os filhos a fazer as tarefas da vida diária. Gostava imenso». Luísa prefere destacar as características que, no seu entender, permitirão a Filipe construir o futuro: «Penso que ele tem todas as condições, quer psicológicas quer em termos de capacidades intelectuais e de força de vontade, para prosseguir e ter uma vida plena. Perspetivo o futuro dele com muito otimismo». As três mães são unânimes em sublinhar a importância da família enquanto base de apoio, mas também não hesitam em afirmar que as escolhas terão de ser feitas pelos filhos. «Se há coisa que eu aprendi é que nós temos de os deixar cair, e eles têm de aprender a levantar-se. Porque cair, qualquer um cai. Levantar-se é que nem toda a gente se levanta», diz Maria de Fátima. **LB**

➤ Reabilitação

Produtos de apoio: o que são, a quem se dirigem e como obtê-los?



Por **Fernando Santos**, técnico de informática e telecomunicações na ACAPO e **Rita Pereira**, Psicóloga na ACAPO.

Ajudas Técnicas foi o nome que se utilizou, durante os anos 90, para designar o apoio financeiro que o Estado concedia às pessoas com deficiência na aquisição de soluções técnicas específicas e essenciais para a sua reabilitação, integração, participação social e profissional. Decorridos aproximadamente 20 anos e, após diversas revisões jurídicas que refletem o acompanhamento e atenção que esta matéria tem implicado por parte das entidades financiadoras e de quem a tutela (Instituto Nacional para a Reabilitação), surgiu em 2009, com a publicação do Decreto-Lei nº93/2009 de 16 de abril, o Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio (SAPA) que veio substituir o anterior sistema supletivo, em vigor desde a década de 90. É nesta data que o termo "produtos de apoio" (PA) substituiu o de "ajudas técnicas", atendendo à nomenclatura utilizada na Norma ISO 9999:2007 (classificação internacional de ajudas técnicas/produtos de apoio da Organização Internacional de Padronização).

Definem-se como produtos de apoio todos os produtos (designadamente dispositivos, equipamentos, instrumentos, tecnologia e *software*) especialmente produzidos ou geralmente disponíveis para prevenir, compensar, monitorizar, aliviar ou neutralizar as incapacidades, limitações nas atividades e restrições na participação, decorrentes da interação entre as alterações funcionais ou estruturais de carácter temporário ou permanente e as condições do meio. A lista homologada de PA (lista resumida integrada no normativo 9999 de 2007) encontra-se enquadrada no Despacho n.º 14278/2014.

O SAPA surgiu da necessidade de se garantir maior cobertura das respostas ao integrar o Ministério da Educação, que se veio juntar aos Ministérios da Saúde e do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. Trata-se de uma medida pública que visa financiar ou compartilhar os custos com aquisição de produtos de apoio pelas pessoas com deficiência e incapacidade

(PCDI). Se o PA constar na tabela de reembolsos de sistema ou subsistema de saúde/companhia seguradora de que é beneficiária a PCDI, o apoio corresponde à diferença entre o custo do PA e o montante de comparticipação a que haja direito.

A PCDI é aquela que, por motivo de perda ou anomalia, congénita ou adquirida, de funções ou de estruturas do corpo, incluindo as funções psicológicas, apresente dificuldades específicas suscetíveis de, em conjugação com os fatores do meio, lhe limitar ou dificultar a atividade e a participação em condições de igualdade com as demais pessoas.

Os objetivos do SAPA focam-se na melhoria da eficácia, operacionalidade e eficiência dos mecanismos/recursos, na desburocratização e simplificação das formalidades exigidas pelos processos de prescrição. Permite ainda, através de um sistema informático centralizado denominado Base de Dados de Registo (BDR-SAPA) interligar as entidades financiadoras e prescritoras de modo a controlar e evitar a duplicação de financiamento à pessoa com deficiência, isto é, fomentar transparência, racionalizar custos e bloquear pedidos de financiamento iguais em diferentes entidades financiadoras.

ACAPO foi nomeada em 1993 como centro prescritor e financiador de ajudas técnicas pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP, I.P.), atividade que manteve durante alguns anos. Após um interregno de tempo em que foi suspenso o serviço de prescrição de produtos de apoio, é em 2012 que a ACAPO, na sequência da sua credenciação como centro de recursos do IEFP, recomeça o serviço de prescrição por este Instituto nos moldes da nova arquitetura do SAPA. Mais tarde, por volta de 2014, a ACAPO integra a rede de Centros Prescritores Especializados do Instituto da Segurança Social (ISS, I.P.) e passa também a prescrever produtos de apoio através desta entidade. Estas instituições reconhecem que ACAPO é detentora de uma capacidade técnica e conhecimento específico da deficiência visual que permite oferecer às pessoas cegas ou com baixa visão o melhor aconselhamento em produtos nas áreas da tflotecnologia, vida diária e tecnologias da informação e comunicação.

Neste sentido, através das suas equipas multidisciplinares presentes nas Delegações de Braga, Castelo Branco, Coimbra, Faro, Leiria, Lisboa, Porto, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu, a ACAPO responde a pedidos de prescrição de produtos de apoio pelo ISS, sendo que as equipas de Lisboa, Coimbra e Porto acumulam a prescrição de PA pelo IEFP. As Delegações da Guarda e de Aveiro, apesar de não terem equipa prescritora no local, o serviço de prescrição de PA é assegurado pela Delegação mais próxima.

Os produtos de apoio concedidos pelo ISS e pelo IEFP visam promover objetivos distintos, ou seja, os PA financiados pelo ISS têm como objetivo promover a autonomia e a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência ou incapacidade e os do IEFP promover a integração profissional das PCDI especificamente para o acesso ou frequência de ações de formação profissional ou o acesso, manutenção ou

progressão no emprego, por conta própria ou de outrem.

A intervenção das equipas da ACAPO tem sempre como objetivo aconselhar e apresentar soluções que consigam responder às necessidades demonstradas pelos candidatos. Todavia, o parecer emitido por estas equipas não é vinculativo. Embora se elaborem pareceres fundamentados e que reforçam a importância e a imprescindibilidade dos PA para a vida diária ou para o emprego/formação profissional do candidato, a decisão final do financiamento diz sempre respeito à entidade financiadora, a quem compete gerir a verba. Nesta decisão podem estar implicadas avaliações complementares, podendo ser solicitada documentação adicional.

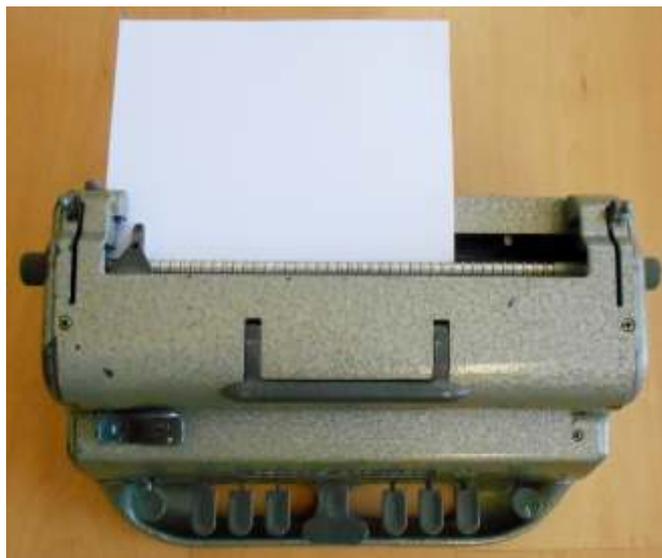
O SAPA define objetivamente o público a quem se destina a concessão de PA. No entanto, nomeadamente entre o ISS e o IEFP (entidades com as quais a ACAPO trabalha e que por este motivo são as mais abordadas neste artigo), constatam-se diferenças nos requisitos de acesso à atribuição de produtos de apoio, que se expressam em manuais de procedimentos próprios de cada entidade financiadora. Abordamos como exemplo a presença do atestado de incapacidade multiuso para o acesso ao financiamento de produtos de apoio atribuídos pelos Centros Distritais de Segurança Social e pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, entidade que substitui, apenas no concelho de Lisboa, a Segurança Social para a atribuição de PA. Perante o Instituto da Segurança Social, o grau de incapacidade tem de ser comprovado por atestado médico de incapacidade multiuso, igual ou superior a 60%, excetuando-se no caso de pensionistas com complemento por dependência de 1º ou 2º grau. É também critério do ISS no processo de atribuição, atendendo ao que expressa no seu manual de financiamento, verificar condições de priorização, ou seja, efetuar uma avaliação combinada com idêntica ponderação de certas condições da PCDI, como por exemplo: estado de saúde do(a) requerente (priorizam situações em que há risco de vida sem a utilização do PA), idade (priorizam as crianças e jovens até aos 16 anos com deficiência congénita ou adquirida), autonomia e realização de atividades da vida diária (priorizam aquelas em que se reconhece que o PA traz melhorias significativas a estas dimensões da vida do requerente) e situação sócio económica da família.

A concessão de PA pelo IEFP não implica a apresentação do atestado médico de incapacidade multiuso, bem como não expressa no seu manual de financiamento critérios de priorização. No entanto, como referido acima, é comum entre estes dois financiadores a possível solicitação de informação complementar que entendam por conveniente para efeitos de análise e decisão.

É igualmente importante destacar que todo o sistema, designadamente as entidades financiadoras, se regem pelo cumprimento do princípio da prossecução do interesse público e da boa gestão dos dinheiros públicos, pelo que o financiamento do PA deverá ser sempre realizado pelo menor custo possível, garantindo os fins a que se destina. Reconhecendo a ACAPO que este fator é

crucial para o deferimento do processo, esta Instituição, em consonância com os princípios referidos anteriormente, emite, sempre que possível, prescrições de PA que satisfaçam as necessidades e contornem as limitações do candidato, efetuando pesquisas de mercado regulares que garantam uma avaliação adequada em termos quer financeiros, quer tecnológicos.

O serviço de prescrição de produtos de apoio da ACAPO, independentemente da entidade financiadora a que se destina, exige obrigatoriamente um primeiro momento de entrevista/reunião com o candidato onde, em conjunto com a equipa multidisciplinar, se aferem as necessidades da pessoa e se exploram as possíveis soluções para contornar as limitações decorrentes da interação da deficiência visual com as suas atividades/meio em que se encontra inserido. Poderá haver lugar à existência de uma consulta de oftalmologia, quando a prescrição contenha “produtos de apoio para ver”, sub grupo da lista homologada onde se incluem óculos, lentes e sistemas de lentes para ampliação, produtos de apoio para expandir e direcionar o ângulo de visão e sistemas vídeo de ampliação de imagem. O médico oftalmologista faz parte da equipa técnica da ACAPO e este ato clínico será consequente à entrevista, enquadrando-se neste primeiro momento de análise do pedido. Tratando-se de uma prescrição com destino ao financiamento por parte do ISS, o custo da consulta médica terá de ser assegurado pelo candidato. Sendo uma prescrição a ser financiada pelo IEFP, o pagamento da consulta será da responsabilidade da ACAPO, que posteriormente será ressarcida pelo IEFP.



Após este primeiro momento, a ACAPO, designadamente a equipa que iniciou o processo de prescrição, procede à emissão da Ficha de Prescrição através da BDR-SAPA. De seguida este documento é assinado pelos elementos que compõem a equipa sendo entregue ao candidato que fica encarregue de solicitar

três orçamentos distintos para cada um dos PA constantes da ficha de prescrição. Finda esta fase, o candidato deverá entregar os orçamentos e a ficha de prescrição à entidade financiadora. Deverá também anexar ao processo declarações de não dívida às Finanças e à segurança social, ou conceder a autorização para consulta online pelas referidas entidades.

No caso de um candidato com deficiência visual que necessite de PA essenciais para o seu emprego ou formação profissional, deverá dirigir-se, em primeiro lugar, ao centro de emprego da área de residência e iniciar o pedido de concessão de apoio financeiro para aquisição de produtos de apoio, preenchendo um formulário de candidatura próprio dos serviços (disponibilizado na página web deste instituto em <https://www.iefp.pt/formularios>). O formulário deve ser acompanhado de declaração da entidade empregadora ou entidade formadora (quando aplicável), conforme modelo anexo ao referido documento ou cópia da declaração de início de atividade para trabalhadores independentes. Deverá também entregar declarações de não dívida à Autoridade tributária e Aduaneira e à Segurança Social ou conceder autorização para consulta online. Após receção do pedido, o Centro de Emprego encaminha formalmente o processo para um dos seus Centros prescritores, dos quais, um deles poderá ser a ACAPO. Só quando o pedido é rececionado pela ACAPO é que as equipas entram em contacto com o candidato para efetuar a reunião/entrevista de análise do pedido, conforme referido anteriormente.

No caso de um candidato com deficiência visual que necessite de PA para a garantia da participação social ou da qualidade de vida da pessoa com deficiência visual, isto é, sujeito ao financiamento pelo ISS, o candidato deve, em primeiro lugar, dirigir-se à Delegação da ACAPO mais próxima de si, a fim de solicitar entrevista/reunião para pedido de prescrição. Aquando da marcação da entrevista, o candidato deverá fazer-se acompanhar do atestado médico de incapacidade multiuso.

Só posteriormente, na posse da Ficha de Prescrição emitida pela equipa prescritora e dos restantes documentos exigidos pelo ISS, o candidato terá de se dirigir ao Centro Distrital da Segurança Social da área de residência ou a um serviço local de Segurança Social para submeter o pedido de concessão para apoio financeiro de produtos de apoio. Os processos de prescrição referentes ao concelho de Lisboa e que dão entrada na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa ficam excecionados da apresentação dos orçamentos dos PA prescritos.

Não existe um documento orientador que congregue e uniformize procedimentos de todas as entidades financiadoras referentes ao financiamento e atribuição de produtos de apoio no âmbito do SAPA. Tanto o IEFP como o ISS possuem manuais de procedimentos, públicos e disponíveis nas suas páginas web que definem as normas a utilizar pelos respetivos serviços.

Todavia, é desconhecimento desta instituição a existência de documentos sistematizados orientadores na área da saúde e da educação que explicitem os procedimentos para os vários serviços prescritores e financiadores daqueles ministérios, nomeadamente Hospitais no caso do Ministério da Saúde, e escolas e Centros de Recursos TIC para a Educação Especial (CRTIC), no caso do Ministério da Educação.

A ACAPO, sendo uma organização empenhada em pugnar pelos interesses das pessoas com deficiência visual, não limita a sua atividade no âmbito do SAPA à prescrição de PA. É parte integrante da CAPA (Comissão de Acompanhamento de Produtos de Apoio) e mantém relações estreitas com o Instituto Nacional para a Reabilitação, entidade que tutela o SAPA. Neste sentido, é de certa forma competência também desta organização reportar situações anormais de que tenha conhecimento, para que o Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio seja cada vez mais justo, claro e consiga beneficiar um maior número de pessoas com deficiência. **LB**

➤ Direitos

Benefícios fiscais para as pessoas com deficiência

Por Rodrigo Santos

Jurista com especialização em Direitos das Pessoas com Deficiência / Presidente do Conselho Fiscal e de Jurisdição da ACAPO

Se há matéria em que todos entendem ter um palpite útil a dar, uma delas será sem dúvida a matéria relativa aos impostos. Desde logo, o nome não ajuda – imposto é um termo que nos aponta logo para algo que não gostaríamos que nos fosse pedido, mas que, como é imposto, temos que cumprir. Há até quem diga, com algum acerto, que as duas únicas coisas inevitáveis na vida são a morte e o pagamento de impostos.

Mas se a verdade é que os impostos são, por natureza, impopulares, também não é menos certo que, para serem minimamente justos, eles devem ter em especial conta as capacidades contributivas de cada um. É nesse domínio que surgem os que, no que respeita à deficiência, são impropriamente chamados benefícios fiscais. Esta designação é, parece-nos, imprópria, porque na realidade a sua natureza não visa beneficiar a pessoa por ter uma deficiência, mas antes compensá-la por uma situação que implica, em regra, custos acrescidos para os agregados familiares, pretendendo-se desta forma prosseguir, afinal, fins de tributação mais justos, por forma a maximizar o rendimento disponível das famílias onde se inserem pessoas com deficiência, assim se procurando que o imposto seja socialmente mais justo, tendo em conta as diferentes capacidades de cada um para contribuir para esse grande bolo que é o dos impostos.

Apesar de ter terminado, há poucos dias, o prazo para entrega das declarações de IRS relativas aos rendimentos de todos aqueles que apenas recebem por conta de trabalho dependente e/ou de pensões, entendemos nesta edição ser útil refletir sobre a temática dos impostos sobre o rendimento de pessoas com deficiência, e fazemo-lo por duas ordens de razões: a primeira, e mais válida, é que o melhor planeamento fiscal depende sempre do conhecimento das normas que são aplicadas, ao longo de cada ano. Isto é: não vale a pena querer planear um ano fiscal quando esse ano já acabou, uma vez que nessa altura tudo o que se pode fazer é juntar os comprovativos e preparar a declaração. É ao longo do ano, quando recebemos os rendimentos ou quando pagamos as despesas, que devemos ter em conta o impacto das nossas decisões para o cálculo dos nossos impostos. Por outro lado, durante este mês de maio é também a época da entrega das declarações de rendimentos daquelas pessoas que, tendo atividade económica aberta, recebem ou podem receber rendimentos decorrentes de prestações de serviços.

O tempo e o espaço, bem como alguma complexidade das matérias, impedem-nos aqui de proceder a explicações mais detalhadas sobre uma série de conceitos que são fundamentais para a tomada de decisões informadas em matéria de impostos. Por isso, e sem mais demoras, debruçemo-nos sobre a temática da relevância da deficiência para o imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS), pedindo desde já desculpas a todos os leitores se a tecnicidade da linguagem, inevitável quando falamos de impostos, prejudicar a qualidade da informação que pretendemos transmitir.

O imposto sobre o rendimento das pessoas singulares incide, de uma forma simples, sobre todo o dinheiro que as pessoas singulares – eu ou o caro leitor – recebemos durante um ano fiscal (ou seja, no espaço de 1 de janeiro a 31 de dezembro). Não incide, portanto, sobre os dinheiros recebidos pelas pessoas coletivas, como por exemplo as empresas. De entre o dinheiro que todos, mais ou menos, recebemos, há montantes que, por esta ou por aquela razão, não entram para a conta do imposto, ou seja, não entram para o que se chama o rendimento coletável. É sobre este rendimento que vão incidir as taxas do imposto que cada um tem a pagar, e daqui vai resultar o que se chama a coleta – afinal, com que dinheiro vai o Estado ficar a título de imposto.

A primeira ideia a reter é que, para que qualquer pessoa possa ser considerada, para efeitos fiscais, como pessoa com deficiência, tem que ter um atestado de incapacidade multiuso, pois esse é o documento que, legalmente, comprova a deficiência. Isto vale tanto para quem declara o imposto, se for uma pessoa com deficiência, como para quem é considerado dependente ou ascendente, e que esteja a cargo daquela, ou daquelas, pessoas que declaram o imposto – e que são os sujeitos passivos do imposto. Sem esse reconhecimento, feito durante o ano fiscal dos rendimentos e atempadamente declarado aos serviços de finanças, não se pode beneficiar do regime especial aplicável às pessoas com deficiência. Para além do que fica dito, para efeitos fiscais a deficiência só releva se a incapacidade atestada for igual ou superior a 60%. É ainda importante frisar que, se os atestados de incapacidade multiuso estiverem sujeitos a revisão ao fim de um determinado número de anos, após cada renovação terá de o comunicar também aos serviços de finanças, para que o regime especial se mantenha.

A segunda ideia a reter é que as pessoas com deficiência estão, em geral, sujeitas às mesmas taxas de imposto sobre o rendimento que qualquer cidadão com os mesmos rendimentos. O que sucede é que o montante do imposto a pagar é ligeiramente diferente, podendo também abater, ou deduzir, à coleta determinadas despesas relacionadas com a deficiência. Aliás, a própria coleta sofre uma redução, decorrente dessa

circunstância, e que pode variar se a própria pessoa com deficiência tiver ou não a seu cargo outros dependentes, ou ascendentes, com deficiência. Assim, a coleta de qualquer pessoa com deficiência sofre, logo à partida, uma redução de 4 vezes o valor do indexante de apoios sociais (IAS), presentemente congelado nos €419,22. Se forem duas pessoas com deficiência a declarar o imposto em conjunto, a dedução será naturalmente de 8 vezes. Mas se a pessoa com deficiência tiver, a seu cargo, outros dependentes ou ascendentes com deficiência, a dedução à coleta será acrescida de uma vez e meia o valor do IAS por cada dependente ou ascendente, no imposto relativo a 2015, ou duas vezes e meia, no imposto relativo ao ano de 2016 (isto é, aquele que iremos declarar no ano que vem). No caso de qualquer pessoa, seja o próprio sujeito do imposto ou um dependente ou ascendente que esteja a seu cargo, ter um grau de invalidez de 90% ou mais, acresce ainda uma dedução equivalente a 4 vezes o IAS a título de despesas de acompanhamento, e no caso dos Deficientes das Forças Armadas acresce, em qualquer dos casos, a dedução à coleta de uma importância equivalente a um IAS. Como pista para reflexão futura, restará saber qual é, na prática, a diferença para os serviços de finanças entre a incapacidade, palavra utilizada pelo n.º 5 do artigo 87.º do Código do IRS como pressuposto para a deficiência -, e a «invalidez», referida no n.º 6 do mesmo artigo do Código ao prever esta dedução adicional à colecta. Por nós, cremos que não há, nem faria sentido que houvesse, diferença nenhuma entre os dois conceitos, mas admitimos que a existência de dois termos para falar da mesma realidade só gera confusão desnecessária.

Resta ainda acrescentar que 30% de todas as despesas com educação ou reabilitação de pessoas com deficiência – sejam os sujeitos do imposto, sejam os seus dependentes – são também dedutíveis à coleta, sendo que, desde a reforma do IRS ocorrida em 2015, estas despesas só são válidas se tituladas por fatura emitida por estabelecimentos de determinadas atividades económicas. A coleta dos agregados familiares de pessoas com deficiência sofre ainda mais uma redução, no montante de 25% dos prémios de seguros de vida que garantam invalidez e morte, ou reforma por velhice, sendo que, no máximo, essa dedução não pode ultrapassar 15% da coleta. Neste particular, a prática diz-nos que nem sempre as seguradoras emitem as

declarações necessárias à certificação desta dedução à coleta, visto que, ao contrário do que sucedia até há uns anos atrás, a generalidade dos contribuintes não beneficia desta dedução, pelo que é útil informar-se junto da sua seguradora, sem prejuízo de consultar um contabilista certificado (os antigos técnicos oficiais de contas). De notar ainda que, no caso dos seguros ou contribuições pagas a associações mutualistas que garantam a reforma por velhice, a sua elegibilidade tem pressupostos e montantes de dedução mais apertados, que constam do n.º 3.

O último conselho que demos no parágrafo anterior – o de consultar um contabilista certificado ou, diremos também, um perito em fiscalidade – é sempre um bom conselho, porque a realidade dos impostos muda com alguma frequência, tratando-se de uma realidade bastante complexa e cuja explicação não é, de todo, fácil. De todo o modo, há duas ideias que queremos deixar a título de notas finais: a primeira, é que se não tiver nada a pagar de imposto, nada terá a receber, porque a sua coleta será zero. A segunda é que, só depois de efectuadas estas deduções à coleta de que vimos falando, é que será tido em conta o montante que tiver retido, por exemplo a título de retenções do trabalho dependente. Se tiver retido mais do que o imposto apurado, terá a receber, porque o dinheiro já estava «do lado de lá» - isto é, na posse do Estado. Se, por outro lado, o montante de imposto apurado, depois de todas estas deduções, bem como outras que lhe possam ser aplicadas – por exemplo, relativas à exigência de fatura em determinados estabelecimentos ou atividades -, for superior ao que ficou já retido, então terá que pagar imposto. Não esqueçamos que as tabelas de retenção de imposto – que funciona como um pagamento antecipado ao Estado por conta do imposto que depois há-de ser calculado – são, em regra, mais favoráveis no caso das pessoas com deficiência, implicando que estas retêm, à partida, menos imposto do que os demais cidadãos. No entanto, como dissemos acima, as taxas a aplicar sobre todos os rendimentos, no final do ano, são as mesmas que são aplicadas a todos os sujeitos do imposto, daí a importância destas deduções à coleta. Não dispendo neste momento de dados estatísticos, arriscamo-nos contudo a dizer que, no que toca a retenções, a maioria das pessoas com deficiência não faz retenções no trabalho dependente, sendo que, como dissemos, quem as faz fá-las por taxas substancialmente menores. **LB**

